

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.652.551 - RS (2020/0015566-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : NORSUL ALIMENTOS E SERVICOS EIRELI
ADVOGADO : PATRICIA PELEGRINO PINZON CIDADE - RS061415
AGRAVADO : AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por NORSUL ALIMENTOS E SERVICOS EIRELI contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim ementado:

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. NULIDADE DA CDA. NÃO CONFIGURADA. TAXA SELIC. LEGALIDADE.

1. NÃO HÁ FALAR EM ILIQUIDEZ DA CDA, PORQUANTO PRESENTES OS REQUISITOS LEGAIS E INDICADA A LEGISLAÇÃO PERTINENTE A CADA ACRÉSCIMO. ADEMAIS, A DÍVIDA ATIVA REGULARMENTE INSCRITA É DOTADA DE PRESUNÇÃO JURIS TANTUM DE CERTEZA E LIQUIDEZ, SÓ PODENDO SER AFASTADA POR PROVA INEQUÍVOCA.

2. A TAXA SELIC SE APLICA AOS DÉBITOS TRIBUTÁRIOS, NÃO EXISTINDO VÍCIO NA SUA INCIDÊNCIA.

Quanto à controvérsia, pela alínea "a", do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 6º da Lei n. 10.209/2001, 202 do CTN, e 2º, § 5º, da Lei n. 6.830/80, no que concerne à nulidade da CDA, trazendo os seguintes argumentos:

Destarte, nulas as CDAs em questão, haja vista que em que pese fundado, respectivamente, nos artigos 5º e 6º da Lei 10.209/2001, não há como extrair, da legislação invocada, qual a ofensa à retromencionada lei que pudesse ensejar o suposto descumprimento dos artigos 5º e 6º.

Dai decorre a flagrante e inexorável nulidade absoluta das CDAs e, via de consequência, da própria execução fiscal (fls. 181).

Ora, Excelência, a CDA legitima e torna líquida e certa apenas a importância nela conferida, eis que é a Certidão de Dívida Ativa que incorpora o débito tributário e se constitui no título executivo. Jamais poderia a FAZENDA executar dívida ilíquida, a qual sequer demonstrou, no título hábil para este fim, ou seja, na CDA, tendo em vista a contrariedade entre o valor estabelecido em lei e o que consta da CDA como principal da dívida.

A CDA não atende os requisitos legais, ou seja, não especifica a disposição de lei na qual se funda, e a legislação invocada não é suficiente

para uma conclusão precisa a esse respeito, incorrendo, consequentemente, em nulidade absoluta, que pende de declaração.

Neste sentido, é flagrante a nulidade, a qual, importante destacar, não depende do reexame de prova, mas da simples análise das CDAs.

Às claras que a Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao julgar como julgou, afastando a alegação de nulidade, não resguardou a aplicabilidade dos retromencionados dispositivos legais, acabando por negar vigência à os arts. 5º e 6º da Lei 10.209/2001, art. 202 do CTN, além do art. 2º, § 5º da Lei 6.830/80, como demonstrado (fls. 183).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

No caso em exame, cada certidão de dívida ativa executada refere o processo administrativo que precedeu a sua emissão, os fundamentos legais do débito executado - onde também é especificada a sua natureza - e o período da dívida executada. As certidões especificam, ainda, a disposição legal correta sobre a multa, juros e encargos. Desse modo, constato estarem presentes os requisitos legais nas CDAs que embasam a execução fiscal (fls. 167/168).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais**

Superior Tribunal de Justiça

previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente